

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR ACERCA DA REALIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA LOCALIZADA NA ÁREA RURAL

FIELD EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE REALITY OF A PUBLIC SCHOOL LOCATED IN A RURAL AREA

EDUCACIÓN DEL CAMPO: UNA MIRADA SOBRE LA REALIDAD DE UNA ESCUELA PÚBLICA UBICADA EN EL ÁREA RURAL

Ludmila Neri Brito¹
Gisele do Rocio Cordeiro²

Resumo

A Educação do Campo configura-se como um projeto político-pedagógico comprometido com a valorização dos sujeitos do campo, seus saberes, culturas e modos de vida, em contraposição ao modelo tradicional de educação rural historicamente pautado na reprodução de práticas urbanas descontextualizadas. Este estudo tem como objetivo analisar as metodologias de ensino desenvolvidas em uma escola pública localizada na área rural, visando compreender de que forma tais práticas contribuem para a promoção da inclusão escolar e para a efetivação dos princípios da Educação do Campo. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, com base em autores como Caldart, Arroyo e Molina, além de documentos normativos oficiais. A investigação envolveu a análise de documentos institucionais, como o Projeto Político-Pedagógico, planos de ensino e registros pedagógicos, bem como a vivência em atividades práticas locais, possibilitando uma aproximação com a realidade escolar. Os resultados indicam que, embora a escola apresente esforços na adoção de práticas pedagógicas contextualizadas, valorizando os saberes dos estudantes e o trabalho coletivo, ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura e à influência de políticas educacionais que dificultam a consolidação de uma proposta emancipatória. Conclui-se que a efetivação da Educação do Campo demanda o fortalecimento de políticas públicas, a valorização da gestão democrática e a construção coletiva de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a transformação social.

Palavras-chave: educação do campo; inclusão escolar; práticas pedagógicas; escola rural; políticas educacionais.

Abstract

Field Education is configured as a political-pedagogical project committed to valuing rural subjects, their knowledge, cultures, and ways of life, in contrast to the traditional model of rural education historically based on the reproduction of decontextualized urban practices. This study aims to analyze the teaching methodologies developed in a public school located in a rural area, seeking to understand how these practices contribute to the promotion of school inclusion and to the implementation of the principles of Field Education. The research is characterized by a qualitative approach, grounded in bibliographic and documentary research, based on authors such as Caldart, Arroyo, and Molina, as well as official normative documents. The investigation involved the analysis of institutional documents, such as the Political-Pedagogical Project, teaching plans, and pedagogical records, as well as participation in local-regional practical activities, enabling a closer understanding of the school reality. The results indicate that, although the school demonstrates efforts to adopt contextualized pedagogical practices that value students' knowledge and collective work, it still faces challenges related to teacher training, infrastructure, and the influence of educational policies that hinder the consolidation of an emancipatory educational proposal. It is concluded that the effective implementation of Field Education requires the strengthening of public policies, the appreciation of democratic management, and the collective construction of pedagogical practices committed to inclusion and social transformation.

Keywords: field education; school inclusion; pedagogical practices; rural school; educational policies.

¹ Licencianda em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional - Uninter

² Doutora em Educação. Docente no Centro Universitário Internacional - Uninter

Resumen

La Educación del Campo se configura como un proyecto político-pedagógico orientado a la valoración de los sujetos rurales, sus saberes, culturas y modos de vida, en oposición al modelo tradicional basado en la reproducción de prácticas urbanas descontextualizadas. Este estudio tiene como objetivo analizar las metodologías de enseñanza desarrolladas en una escuela pública ubicada en un área rural, buscando comprender cómo contribuyen a la inclusión escolar y a la implementación de los principios de la Educación del Campo. La investigación adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en el análisis bibliográfico y documental, considerando autores como Caldart, Arroyo y Molina, así como documentos oficiales. Se analizaron documentos institucionales, como el Proyecto Político-Pedagógico y planes de enseñanza, además de la vivencia en actividades prácticas. Los resultados indican que, aunque la escuela presenta esfuerzos por desarrollar prácticas contextualizadas y valorizar los saberes de los estudiantes, aún enfrenta desafíos relacionados con la formación docente, la infraestructura y las políticas educativas. Se concluye que la consolidación de la Educación del Campo requiere el fortalecimiento de políticas públicas y la construcción colectiva de prácticas pedagógicas inclusivas y transformadoras.

Palabras clave: educación del campo; inclusión escolar; prácticas pedagógicas; escuela rural.

1 Introdução

A Educação do Campo emerge no cenário educacional brasileiro como resultado das lutas históricas dos povos do campo pelo reconhecimento de seus direitos sociais, culturais e educacionais. Trata-se de um movimento que rompe com a concepção tradicional de educação rural, historicamente marcada pela reprodução de modelos urbanos e pela desconsideração das especificidades dos sujeitos camponeses. Nesse sentido, a Educação do Campo se configura como um projeto político, pedagógico e social comprometido com a valorização dos saberes, das culturas e dos modos de vida das populações que vivem no campo, reconhecendo-os como protagonistas de sua própria história.

Diferentemente de uma educação pensada de forma homogênea e descontextualizada, a Educação do Campo propõe práticas educativas articuladas ao território, ao trabalho, à cultura e às relações sociais que constituem a vida no campo. Conforme destaca Caldart (2012), a escola do campo precisa romper com a lógica urbana historicamente imposta, construindo processos educativos que dialoguem com a realidade dos sujeitos e contribuam para sua formação integral. Tal perspectiva compreende a educação como prática social, conforme sinaliza Souza (2011), ao afirmar que ela ultrapassa o espaço escolar e se constitui nas relações sociais que produzem aprendizagens e significados.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas localizadas no campo, considerando que elas expressam concepções de educação, de sociedade e de sujeito. Tais práticas podem tanto reforçar lógicas excludentes e adaptativas associadas ao modelo da educação rural quanto contribuir para a construção de uma educação emancipatória, alinhada aos princípios da Educação do Campo. Essa tensão revela a existência de projetos societários distintos e em disputa, conforme aponta Souza (2015), evidenciando a necessidade de análises críticas sobre o cotidiano escolar.

Além disso, a discussão sobre inclusão escolar no contexto da Educação do Campo ganha centralidade, uma vez que incluir não se limita ao acesso físico à escola, mas implica a construção de práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças e promovam aprendizagens significativas. Arroyo (2004) destaca que a escola deve se constituir como um espaço de acolhimento da diversidade, rompendo com práticas homogeneizadoras que invisibilizam as múltiplas identidades presentes no campo.

Caldart explica que a Educação do campo insere-se no campo das contradições, considerando que:

A Educação do campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela (seja na discussão da educação ou de projeto de sociedade). Sim! Ela nasce da ‘experiência de classe’ de camponeses organizados em movimentos sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe. Sim! A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem. Sim! A Educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. E uma vez mais, sim! A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (Caldart, 2009, p. 38).

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, especialmente a partir do fortalecimento dos movimentos sociais do campo e da institucionalização de políticas públicas, a Educação do Campo ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a permanência de práticas pedagógicas descontextualizadas, a insuficiência na formação docente específica, as limitações estruturais das escolas e a influência de políticas educacionais marcadas por tendências neoliberais, que impactam diretamente a qualidade e a equidade da educação ofertada.

É nesse cenário que se insere o presente estudo, que tem como objetivo analisar as metodologias de ensino desenvolvidas em uma escola localizada em área rural, buscando compreender de que forma essas práticas contribuem para a inclusão escolar dos estudantes do campo. A pesquisa orienta-se pela seguinte problemática: de que maneira as metodologias de ensino adotadas na referida escola dialogam com os princípios da Educação do Campo e promovem processos educativos inclusivos?

Para responder a essa questão, o estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, permitindo a articulação entre referencial teórico e análise da realidade escolar. Além disso, a investigação foi enriquecida pela participação em atividades práticas locais, que possibilitaram uma aproximação mais efetiva com o contexto investigado e contribuíram para uma leitura crítica das práticas pedagógicas observadas.

Assim, este artigo organiza-se em três momentos principais: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico que discute o conceito de Educação do Campo e as práticas pedagógicas; em seguida, descreve-se o percurso metodológico adotado na pesquisa; e, por fim, analisam-se os dados obtidos, refletindo sobre os desafios contemporâneos e as possibilidades de construção de uma educação mais inclusiva e socialmente comprometida no contexto das escolas do campo.

2 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos científicos e documentos oficiais que discutem a Educação do Campo, a inclusão escolar e as metodologias de ensino, permitindo a construção do referencial teórico que sustenta a análise.

Foram utilizados autores de referência na área, como Caldart (2012), Arroyo (2004) e Molina (2014), além de documentos normativos, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002). As fontes foram acessadas por meio de bases acadêmicas, como Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, considerando produções publicadas entre os anos de 2000 e 2024, período marcado pela consolidação das políticas públicas voltadas à Educação do Campo.

A pesquisa documental envolveu a análise de documentos institucionais da Escola Municipal Joana de Souza Campos, como o Projeto Político-Pedagógico, planos de ensino e registros pedagógicos. Esses documentos possibilitaram compreender o contexto escolar, as metodologias adotadas e os desafios enfrentados pelos docentes no atendimento às especificidades da população do campo.

2.1 O conceito de Educação do campo e as Práticas Pedagógicas

A Educação do Campo tem como princípio fundamental o reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas de sua própria história, valorizando seus saberes, culturas e

formas de organização social. Nessa direção, não se trata apenas de garantir o acesso à escolarização, mas de promover uma educação socialmente referenciada, comprometida com as condições concretas de existência dessas populações. Conforme Caldart (2012), a escola do campo precisa romper com a lógica historicamente imposta pelo modelo urbano, construindo práticas pedagógicas que dialoguem com o território, o trabalho e a cultura camponesa.

Essa compreensão se articula à noção de prática pedagógica enquanto prática social mais ampla. Segundo Souza (2005, p. 2), ao abordar a prática pedagógica, é fundamental entendê-la para além do espaço escolar, uma vez que ela “envolve a dimensão educativa não apenas na esfera escolar, mas na dinâmica das relações sociais que produzem aprendizagens, que produzem o ‘educativo’ [...]”. Assim, as práticas desenvolvidas na escola não são neutras, mas expressam concepções de educação, de sociedade e de sujeito, podendo assumir um caráter emancipador ou reproduzidor das desigualdades existentes.

Nesse sentido, torna-se relevante compreender a tensão entre duas concepções históricas que atravessam a educação nas escolas localizadas no campo: a educação rural e a Educação do Campo. A primeira, vinculada a interesses econômicos e ao desenvolvimento do agronegócio, aproxima-se da lógica da educação bancária descrita por Freire, caracterizada pela transmissão de conteúdos descontextualizados e pela negação da autonomia dos sujeitos. Já a Educação do Campo, construída a partir das lutas dos movimentos sociais, propõe uma perspectiva transformadora, comprometida com a formação crítica e com a valorização da vida no campo.

Como enfatiza Souza (2015), “são duas concepções que caminham paralelas e opostas, vinculadas a projetos societários de natureza político-social oposta” (p. 3-4).

A análise das metodologias de ensino desenvolvidas na Escola Municipal Joana de Souza Campos evidencia esforços no sentido de se aproximar dessa perspectiva transformadora. Durante as atividades práticas locais, observou-se que os docentes buscam contextualizar os conteúdos escolares, relacionando-os ao cotidiano dos estudantes e às experiências vividas no campo. Essa prática dialoga com Molina (2014), ao afirmar que a Educação do Campo deve considerar o contexto histórico e social das comunidades, promovendo uma educação que respeite as identidades locais.

Contudo, é importante problematizar até que ponto tais práticas conseguem romper efetivamente com a lógica tradicional ainda presente nas escolas do campo. Historicamente, a educação ofertada nessas instituições foi marcada pela adaptação de modelos urbanos, acompanhada de desvalorização dos saberes locais e da cultura camponesa. Essa herança ainda se faz presente, por exemplo, na utilização de materiais didáticos descontextualizados e na fragilidade da participação da comunidade na construção das propostas pedagógicas. Conforme

Souza (2011), trata-se de uma educação que, muitas vezes, é construída sem a participação dos sujeitos, reforçando a negação de suas identidades.

No que se refere à inclusão escolar, Arroyo (2004) destaca que essa deve ser compreendida para além do acesso físico à escola, implicando a construção de práticas pedagógicas que reconheçam as diferenças e promovam aprendizagens significativas. Nessa perspectiva, inclusão significa considerar os sujeitos do campo em sua totalidade suas condições sociais, culturais e econômicas e não apenas adaptar conteúdo ou estratégias de forma superficial.

Diante desse contexto, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) assume papel central como instrumento de resistência e transformação. Mais do que um documento formal, o PPP deve expressar a identidade da escola e orientar práticas pedagógicas articuladas à realidade dos sujeitos. Conforme Ferreira (2003, p. 14), “o Projeto político-pedagógico constitui-se num processo de reflexão, junta de investigação-ação, numa construção coletiva que se consubstanciará num documento que, muito mais que um documento frio, é um ‘guia vivo’ de ação”.

No entanto, observa-se que, em muitos casos, os PPP são elaborados de forma centralizada, por instâncias externas à escola, o que fragiliza o princípio da gestão democrática e da participação coletiva. Assim, torna-se fundamental fortalecer processos coletivos de reflexão-ação-reflexão, nos quais professores, estudantes, famílias e comunidade possam problematizar sua realidade e construir alternativas pedagógicas. Nesse sentido, Souza (2011, p. 26) ressalta que “é preciso tirar o véu, a nuvem que encobre o discurso sobre a realidade e enfatizar o conhecimento da prática social e daqueles que a produzem coletivamente”.

A construção de práticas pedagógicas contextualizadas e inclusivas também exige uma compreensão ampliada da formação humana. Caldart (2004, p. 26) destaca que:

[...] este é, de fato, um aprendizado humano essencial: olhar no espelho o que somos e queremos ser; assumir identidades pessoais e sociais, ter orgulho delas, e enfrentar o desafio do movimento de sua permanente construção e reconstrução. Educar é ajudar a construir e a fortalecer identidades; desenhar rostos, formar sujeitos. Isso tem a ver com valores, modo de vida, memória, cultura.

Essa perspectiva reforça a importância de uma educação que valorize a identidade dos sujeitos do campo e contribua para sua emancipação. Nesse sentido, as atividades práticas locais realizadas ao longo da formação acadêmica mostram-se fundamentais, pois possibilitam a articulação entre teoria e prática e promovem uma análise crítica da realidade educacional.

Conforme Santos, Molina e Dias (2008), o desenvolvimento teórico deve permitir a interpretação crítica da realidade, integrando diferentes contribuições teóricas. A experiência vivenciada na Escola pública pesquisada evidencia justamente essa articulação, ao revelar tanto os avanços quanto os desafios presentes na construção de uma Educação do Campo efetivamente inclusiva.

2.2 Educação do Campo: reflexões sobre uma escola pública

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, por buscar compreender, interpretar e analisar a realidade educacional investigada a partir dos significados construídos no contexto em que se desenvolvem as práticas pedagógicas no âmbito da Educação do Campo. Diferentemente de pesquisas de natureza quantitativa, que se orientam pela mensuração e generalização de dados, esta investigação fundamenta-se em uma perspectiva interpretativa, que considera a complexidade dos fenômenos educacionais em suas dimensões históricas, sociais, culturais e pedagógicas. Assim, o estudo volta-se à análise crítica das práticas pedagógicas e dos desafios vivenciados na escola investigada, articulando-os com os referenciais teóricos da área.

Para dar sustentação teórica à investigação, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, entendida como etapa essencial para a construção do referencial teórico e para o delineamento analítico do estudo. Essa etapa consistiu no levantamento sistemático, seleção e análise de produções acadêmicas relevantes à temática, incluindo livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a Educação do Campo, a inclusão escolar e as metodologias de ensino. A partir desse processo, foram realizadas leituras analíticas e reflexivas, com o objetivo de identificar conceitos centrais, categorias teóricas e perspectivas críticas que possibilitassem a interpretação dos dados empíricos.

Nesse percurso, foram mobilizados autores de referência na área, como Caldart (2012), Arroyo (2004) e Molina (2014), cujas contribuições permitiram compreender a Educação do Campo como um projeto político e pedagógico comprometido com a valorização dos sujeitos do campo, a garantia de direitos e a transformação social. Além das produções teóricas, foram analisados documentos normativos, especialmente as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002), que orientam a organização das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas nesse contexto. A incorporação desses documentos mostrou-se fundamental para compreender não apenas os fundamentos teóricos, mas também o marco legal e institucional que sustenta a Educação do Campo no Brasil.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES. Como critério de delimitação temporal, privilegiaram-se produções publicadas entre os anos de 2000 e 2024, período que corresponde ao processo de consolidação das políticas públicas e ao fortalecimento do debate acadêmico sobre a Educação do Campo no país. A seleção das fontes considerou critérios como pertinência temática, relevância científica, contribuição teórica e reconhecimento dos autores na área investigada.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, desenvolveu-se a pesquisa documental, com o objetivo de analisar documentos institucionais da Escola Municipal Joana de Souza Campos, possibilitando uma aproximação concreta com a realidade investigada. Foram examinados documentos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), planos de ensino e registros pedagógicos produzidos pela escola. Esses materiais foram compreendidos como fontes essenciais de informação, uma vez que expressam tanto a organização formal da instituição quanto as intencionalidades que orientam o trabalho pedagógico.

A análise documental foi realizada de forma sistemática e interpretativa, considerando elementos como: a concepção de educação presente nos documentos, a organização curricular, as metodologias de ensino adotadas, as estratégias voltadas à inclusão escolar e as formas de articulação com a comunidade. Esse procedimento permitiu compreender de que maneira os princípios da Educação do Campo se materializam, ou são tensionados no cotidiano escolar, evidenciando aproximações, limites e contradições entre o proposto e o vivenciado.

Cabe destacar que a articulação entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental constituiu um eixo central do percurso metodológico. Enquanto o referencial teórico ofereceu subsídios para a compreensão crítica dos fundamentos e das contradições da Educação do Campo, os documentos analisados possibilitaram observar como essas concepções se concretizam no contexto institucional. Essa relação entre teoria e prática mostrou-se fundamental para a construção das análises, permitindo uma interpretação mais consistente e contextualizada da realidade investigada.

Além disso, a participação nas atividades práticas locais contribuiu significativamente para o aprofundamento da pesquisa, ao possibilitar uma vivência mais próxima da realidade escolar. Essas experiências ampliaram o olhar investigativo, favorecendo uma compreensão mais sensível e crítica das dinâmicas, relações e práticas desenvolvidas na escola, indo além da análise documental e aproximando o pesquisador das experiências concretas dos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, o conjunto dos procedimentos metodológicos adotados pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e vivência prática possibilitou uma análise ampla, articulada e fundamentada do objeto de estudo. Essa abordagem permitiu compreender, de maneira crítica e contextualizada, as metodologias de ensino desenvolvidas na escola investigada, bem como seus limites e potencialidades no que se refere à promoção de uma educação inclusiva e comprometida com os princípios da Educação do Campo.

3 Educação do campo e desafios contemporâneos

A Educação do Campo constitui-se como um projeto político, pedagógico e social que emerge das lutas históricas dos povos do campo pelo reconhecimento de seus direitos e pela construção de uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada. Diferentemente de modelos educacionais pautados na transposição de práticas urbanas, a Educação do Campo propõe uma perspectiva que valoriza os sujeitos, seus territórios, suas culturas e seus modos de vida, compreendendo o campo não como espaço de atraso, mas como *locus* de produção de saberes, identidades e resistências.

Nesse sentido, a Educação do Campo se organiza a partir de uma crítica profunda ao modelo tradicional de educação rural, historicamente vinculado a interesses econômicos e à manutenção de uma ordem social desigual. Tal modelo esteve, por muito tempo, comprometido com a formação de mão de obra voltada ao agronegócio, desconsiderando as especificidades dos sujeitos do campo e reforçando processos de exclusão social e educacional. Em contraposição, a Educação do Campo se fundamenta em princípios emancipatórios, defendendo uma formação integral que articule trabalho, cultura, território e cidadania.

Contudo, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, sobretudo a partir da década de 1990 com o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, a efetivação desse projeto ainda enfrenta inúmeros desafios. Um dos principais diz respeito à persistência de práticas pedagógicas descontextualizadas, que ainda reproduzem a lógica urbana e desconsideram a realidade vivida pelos estudantes. Essa problemática evidencia a necessidade de repensar o currículo, os materiais didáticos e as metodologias de ensino, de modo que dialoguem com as experiências concretas dos sujeitos e promovam aprendizagens significativas.

No âmbito das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo passa a ser reconhecida de forma mais sistematizada com a institucionalização de diretrizes específicas que orientam sua organização e implementação. Nesse sentido, o Decreto nº 7.352, de 2010,

representa um marco importante ao consolidar princípios que reforçam o compromisso com uma educação contextualizada, inclusiva e socialmente referenciada. Tais princípios evidenciam a necessidade de considerar as especificidades dos sujeitos do campo, suas condições de vida e suas formas de organização social, reafirmando a educação como direito e como instrumento de transformação social. Conforme o referido decreto:

Art. 2º São princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (Brasil, 2010).

A partir desses princípios, observa-se que a Educação do Campo é concebida como um projeto educativo que extrapola a dimensão escolar, articulando-se às dinâmicas sociais, culturais e produtivas do território. Destaca-se a valorização da diversidade, o fortalecimento da identidade das escolas do campo e a importância da participação da comunidade e dos movimentos sociais na construção das práticas educativas. Além disso, o decreto evidencia a necessidade de políticas de formação docente específicas e de organização curricular flexível, capazes de atender às demandas concretas da população camponesa. Dessa forma, reafirma-se a Educação do Campo como um campo de disputas e possibilidades, no qual a construção coletiva e a gestão democrática se tornam elementos fundamentais para a efetivação de uma educação crítica, emancipatória e socialmente comprometida.

Outro desafio relevante refere-se à formação de professores para atuação nas escolas do campo. Em muitos contextos, os docentes não dispõem de formação inicial e continuada que contemple as especificidades dessa modalidade de ensino, o que dificulta a construção de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da Educação do Campo. Soma-se a isso a precarização das condições de trabalho, a rotatividade docente e a ausência de políticas públicas consistentes que garantam suporte pedagógico e valorização profissional.

As condições estruturais das escolas do campo também se configuram como um entrave significativo. Problemas relacionados ao transporte escolar, à infraestrutura inadequada, à falta de recursos didáticos e tecnológicos impactam diretamente a qualidade do ensino e o acesso dos estudantes à educação. Em regiões mais afastadas, essas dificuldades se intensificam, evidenciando desigualdades históricas entre o campo e a cidade.

Além disso, o avanço de políticas de cunho neoliberal tem contribuído para a fragilização da educação pública, inclusive no campo. A redução do papel do Estado, aliada à crescente privatização de serviços educacionais, tende a aprofundar desigualdades, limitando o acesso das populações do campo a direitos básicos. Nesse cenário, observa-se a expansão de materiais padronizados, sistemas apostilados e soluções educacionais prontas, que, muitas vezes, desconsideram o contexto local e enfraquecem a autonomia das escolas e dos professores.

Outro aspecto central diz respeito à construção e à efetivação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) nas escolas do campo. Embora esse documento deva expressar a identidade da escola e orientar práticas pedagógicas contextualizadas, em muitos casos sua elaboração ocorre de forma centralizada, sem a participação efetiva da comunidade escolar. Isso contraria os princípios da gestão democrática e limita o potencial transformador do PPP como instrumento de reflexão crítica e intervenção social.

Apesar desses desafios, a Educação do Campo também se caracteriza por sua potência transformadora. As experiências desenvolvidas por escolas, comunidades e movimentos sociais demonstram que é possível construir práticas pedagógicas que valorizem os saberes locais, promovam a participação coletiva e contribuam para a formação de sujeitos críticos e autônomos. A articulação entre escola e comunidade, por exemplo, tem se mostrado fundamental na construção de projetos educativos que dialoguem com a realidade e fortaleçam a identidade dos sujeitos do campo.

Nesse contexto, destaca-se a importância do fortalecimento de políticas públicas que garantam o financiamento adequado, a formação docente específica e a valorização das escolas do campo. Também se faz necessário ampliar espaços de participação e diálogo, assegurando que os sujeitos do campo sejam protagonistas na construção das propostas educacionais que os afetam.

Dessa forma, pensar a Educação do Campo na contemporaneidade implica reconhecer suas contradições, desafios e possibilidades. Trata-se de um campo em disputa, no qual diferentes projetos de sociedade se confrontam. De um lado, interesses que buscam adaptar a educação às exigências do mercado; de outro, movimentos que defendem uma educação comprometida com a justiça social, a igualdade e a valorização da diversidade.

4 Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender a Educação do Campo como um projeto político-pedagógico em constante construção, marcado por disputas, avanços e desafios. Ao reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas de sua própria história, essa perspectiva educativa reafirma a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização dos saberes, das culturas e das condições concretas de vida das populações camponesas.

A investigação realizada na Escola Municipal localizada em área rural evidenciou que há, por parte dos docentes, um movimento significativo em direção à construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas e inclusivas, especialmente ao valorizar o conhecimento prévio dos estudantes, o trabalho coletivo e a aproximação com o cotidiano do campo. Esses elementos indicam um esforço de alinhamento com os princípios da Educação do Campo, demonstrando seu potencial formativo e emancipador.

No entanto, os dados também revelaram limites importantes que influenciam diretamente a efetivação dessa proposta. Entre eles, destacam-se a insuficiência de formação docente específica para atuação no contexto rural, as fragilidades estruturais da escola, a escassez de recursos pedagógicos e a presença de modelos educacionais ainda pautados na lógica urbana e homogeneizadora. Tais aspectos evidenciam que a consolidação da Educação do Campo não depende apenas do comprometimento dos profissionais da educação, mas exige políticas públicas consistentes e continuidade de investimentos.

Além disso, a análise permitiu reconhecer que as práticas pedagógicas não são neutras, mas refletem concepções de educação e de sociedade que podem tanto reproduzir desigualdades quanto contribuir para sua superação. Nesse contexto, o fortalecimento do Projeto Político-Pedagógico como instrumento coletivo, crítico e participativo torna-se fundamental para a construção de uma escola que dialogue com a realidade dos sujeitos e promova processos educativos significativos.

Outro ponto relevante refere-se à importância da articulação entre teoria e prática, evidenciada pelas atividades práticas locais, que possibilitaram uma leitura mais sensível e crítica da realidade escolar. Essa experiência reforça a necessidade de formação docente que integre o conhecimento teórico à vivência concreta, contribuindo para uma atuação profissional mais reflexiva e comprometida com a transformação social.

Dessa forma, conclui-se que a Educação do Campo, embora enfrente desafios estruturais, políticos e pedagógicos, apresenta uma potente capacidade de transformação,

especialmente quando construída de forma coletiva e vinculada às realidades locais. Para isso, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas públicas, a valorização da gestão democrática e o incentivo à participação da comunidade na construção das propostas educacionais.

Por fim, destaca-se que pensar a Educação do Campo na contemporaneidade implica reconhecê-la como um campo de resistência e de possibilidades, no qual se constroem alternativas para uma educação mais justa, inclusiva e socialmente comprometida. Nesse sentido, a continuidade de estudos e práticas voltadas a essa temática é fundamental para o avanço de uma educação que, de fato, contribua para a emancipação dos sujeitos e para a transformação da realidade social.

Referências

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 30 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35–64, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2026.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político-pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2012.

CALDART, R. S. Elementos para construção do Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo: Contribuições para um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo". Brasília: Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5, 2004.

FERREIRA, N. S. C. **Projeto Político-Pedagógico**. Curitiba: Ibpx, 2003.

MOLINA, M. C. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *In*: MOLINA, M. C.; SÁ, L. R. (Org.). **Educação do campo**: diferenças, igualdade e diversidade. Brasília: MEC, 2014.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação do campo**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/diretriz_edcampo.pdf. Acesso em: 30 jun. 2026.

SANTOS, G. R. C.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. **Orientações e dicas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibpx, 2008.

SOUZA, M. A. A Educação é do campo no Estado do Paraná? *In*: SOUZA, M. A. (Org.). **Práticas Educativas no/do campo**. Ponta Grossa: UEPG, 2011.

SOUZA, M. A. **A Educação do campo no Brasil**. Curitiba, setembro de 2015. 18fls.

SOUZA, M. A. **Prática pedagógica**: entre a reprodução e a transformação social. Curitiba: Champagnat, 2004.

Data de submissão: 15/05/2026

Data de aceite: 28/05/2026